



Prévia da inflação oficial de janeiro perde força e fica em 0,20%

Governo prorroga até março prazo para pedido de ressarcimento do INSS

Página 3

Petrobras reduz em 7,8% preço do gás natural para distribuidoras

Página 4

Bebetcas são espaços para a primeira infância nos CEUs da capital

As Bebetcas são espaços voltados a bebês e crianças de 0 a 3 anos para garantir a convivência, a brincadeira e o desenvolvimento. Atualmente, a Rede Municipal conta com 17 equipamentos deste tipo implantados nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) contribuindo para uma política pública voltada à valorização da primeira infância.

A primeira Beboteca foi inaugurada em setembro de 2023, no CEU Barro Branco/Cidade Tiradentes. Em 2024, a Rede já contava com 12 unidades em funcionamento, ampliando o acesso das famílias a espaços planejados exclusivamente para bebês e crianças de 0 a 3 anos.

Em 2025, a política avançou com a inauguração de novas Bebetcas no CEU Tiquatira e nos quatro novos CEUs da cidade — Rei Pelé, Papa Francisco, Padre Tião e Silvio Santos — totalizando as 17 unidades atualmente em operação e mais de 5 mil atendimentos ao longo do ano.

No ano passado, a Beboteca do CEU Freguesia do Ó registrou o maior volume médio de atendimentos, com aproximadamente 770, evidenciando a forte adesão das famílias e o papel estratégico do equipamento na promoção do brincar, das interações e do cuidado integral com bebês e crianças pequenas.

As Bebetcas contam com mobiliário adequado, materiais seguros e propostas que valorizam o brincar, as interações e o vínculo com adultos de referência. A iniciativa dialoga diretamente com o currículo de Cidade-Educação Infantil, que reconhece o brincar e as interações como eixos centrais do desenvolvimento infantil. Ao estimular experiências sensoriais, motoras, cognitivas e socioemocionais, as Bebetcas contribuem para o desenvolvimento integral das crianças em uma fase marcada pela alta plasticidade cerebral.

As Bebetcas ampliam o direito das crianças à infância, ao brincar e à convivência, além de fortalecer o vínculo das famílias com os CEUs, promovendo cuidado, acolhimento e desenvolvimento desde os primeiros anos de vida. (Prefeitura de SP)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,21
Venda: 5,21

Turismo
Compra: 5,23
Venda: 5,41

EURO

Compra: 6,24
Venda: 6,24



Foto: Divulgação/Correio de SP

Página 2

Detran-SP moderniza exame de CNH, e retira etapa de baliza

Vitória Silva Araújo e Vinícius da Silva Dias são os campeões Sub-20 da Copa Brasil

Esporte

Vitória Silva Araújo e Vinícius da Silva Dias são os campeões Sub-20 da Copa Brasil

Vitória Silva Araújo e Vinícius da Silva Dias, atletas do Praia Clube-CEMIG-Exército-Futebol-MG, conquistaram o título dos 10 km Sub-20 da Copa Brasil Loterias Caixa de Marcha Atlética, realizada no domingo (25), em Brasília (DF). A competição nacional foi realizada no mesmo percurso que receberá o Mundial por Equipes, em 12 de abril. Os campeões já estão automaticamente classificados para a principal competição da temporada para os marchadores — as outras três vagas da seleção sub-20 serão definidas pelo ranking brasileiro.

Vitória, que completa 19 anos em 3 de fevereiro, comemorou seu primeiro título da Copa Brasil na categoria Sub-20. Ela concluiu o percurso de 10 km em 56:10. Gabriela da Silva Souza (Corgama-DF), com 56:40, e Iasmim Jesus Silva (CASO-DF), com 58:20, também foram ao pódio.

“Foi uma prova muito estratégica. O dia começou nublado e depois ficou ensolarado, e o percurso tinha subida e descida. Mas fui analisando a prova e o percursor, escutando meu treinador e consegui o bicampeonato”, disse Vinícius, que também é treinado por Luís Paulo Porto.

O jovem marchador, que fará 19 anos em março, disse que passou um mês treinando



Vitória, a campeã dos 10 km sub-20

no Rio de Janeiro, com Luís Paulo e a marchadora olímpica Viviane Lyra. “Fiquei um mês longe da minha família, então, quando entrei na prova, coloquei na cabeça que não estava lutando só por mim, mas também pelos meus pais, minha avó, minha irmã e minha sobrinha.”

Vinícius disse que lembrou do depoimento de Caio Bonfim, no Mundial de Tóquio, contando da distância dos fi-

los na preparação para competição, em especial do caçula Manuel, que nasceu apenas três meses antes do Mundial. “Lembrei de que o Caio disse e entrei para a prova com a cabeça de fazer valer a pena”. O marchador mora há 16 anos em Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, onde fez sua iniciação no atletismo e na marcha atlética. “Esse título também é de Ponta Porã, onde começou a minha história.”

Classificado para o Mundial por Equipes, em abril, Vinícius comemorou sua terceira seleção brasileira. “Dispusi-me ao Sul-Americano e o Pan-American, fiz uma escadinha. Estou muito feliz, tinha convicção de que conseguiria a vaga porque estava muito bem treinado, mesmo tendo uma gripe durante a semana.”

As Loterias Caixa e a Cai-

cau na média de preços na passagem de dezembro para janeiro:

Habitação: -0,26%
Transportes: -0,13%
Educação: 0,05%
Vestuário: 0,28%
Despesas pessoais: 0,28%
Alimentação e bebidas: 0,31%

Artigos de residência: 0,43%
Comunicação: 0,73%
Saúde e cuidados pessoais: 0,81%

Dentro do grupo habitação, a conta de luz recuou 2,91%, sendo o preço que mais puxou a média da inflação do mês para baixo — impacto de -1,2 ponto percentual (p.p.).

Página 3

Doenças afastaram 4,1 milhões de trabalhadores de suas funções em 2025

Página 6

SP deposita mais de R\$ 1,9 bi na conta dos municípios paulistas em ICMS

Página 2

Moraes suspende benefícios de acordo que encerrou greve dos Correios

Página 5

Detran-SP moderniza exame de CNH, e retira etapa de baliza

O Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) anunciou novas medidas na segunda-feira (26) para facilitar o processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). As principais mudanças são a retirada definitiva da etapa de baliza e a possibilidade de realização da prova em veículos com câmbio automático.

Assim, os candidatos que não necessitam de adaptação veicular terão a opção de realizar o exame prático em carros automáticos, que devem ser regularmente cadastrados. A medida reconhece a crescente presença

desse tipo de veículo na frota brasileira e amplia as possibilidades para os candidatos, respeitando os critérios técnicos já adotados nos exames.

A principal alteração no percurso é a retirada definitiva da etapa de baliza. Com isso, o exame passa a concentrar a avaliação na etapa de circulação. O trajeto do exame prático permanece conforme o modelo atualmente praticado, contemplando, entre outros aspectos, as conversões à direita e à esquerda; o uso correto de seta; a realização do procedimento de "parada" em local permitido; bem como a condução

segura e responsável nas demais condições normais de Trânsito.

Mais fácil e mais barato

Os novos motoristas já podem economizar tempo e dinheiro para tirar a CNH em São Paulo com as medidas adotadas para eliminar etapas e reduzir os custos.

Após a publicação da norma

da nova CNH pelo Contran (Conselho Nacional de Trânsito), em 10 de dezembro, o Detran-SP, que já vinha estruturando novo processo para habilitação, imediatamente viabilizou a aplicação do exame teórico em novo formato, a partir da implantação do curso on-line. No novo formato, o exame passou a ter 1 hora de duração e a exigir vinte acertos, não mais 21.

Essa readaptação no estado de São Paulo foi feita em tempo recorde. O Detran-SP foi o primeiro órgão de trânsito do país a ter um candidato aprovado no novo exame teórico, no dia 13 de dezembro, apenas três dias após a publicação da nova portaria sobre a CNH.

Outra medida adotada pelo

Governo de São Paulo para se adequar à Lei da nova CNH foi a redução do valor cobrado para os exames médico e psicotécnico, limitando em R\$ 90 por exame, realizados somente em clínicas credenciadas. Os valores representam uma queda de 30% e 40%, respectivamente, ao que era praticado. (Governo de SP)

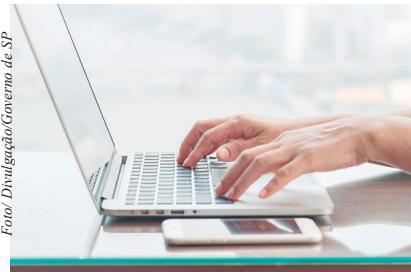
SP deposita mais de R\$ 1,9 bilhão na conta dos municípios paulistas em ICMS

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) depositou na terça-feira (27) R\$ 1,9 bilhão na conta dos 645 municípios paulistas pela quarta transferência de recursos do ICMS em janeiro. Esse valor, arrecadado de 19 a 23 de janeiro, já chega aos cofres das prefeituras com desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Já foram realizadas três transferências anteriores, que somaram R\$ 1,47 bilhão, relativos ao ICMS apurado em 2, 5 a 9 de janeiro e de 12 a 16 de janeiro. Com esse quarto repasse, o valor acumulado enviado pela Sefaz-SP às administrações municipais chega a R\$ 3,7 bilhões neste primeiro mês de 2026.

Repasses de ICMS

Os repasses semanais são feitos sempre até o segundo dia útil de cada semana, conforme prevê a Lei Complementar nº 63, de 11/01/1990. As consultas dos



Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de pagamento do imposto fixados no regulamento do ICMS

valores podem ser feitas no site da Fazenda, no link Acesso à Informação > Transferências de Recursos > Transferências Constitucionais a Municípios.

Agenda Tributária

Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de

pagamento do imposto fixados no regulamento do ICMS. Dependendo do mês, pode haver até cinco datas de repasses. As variações destes depósitos oscilam conforme o calendário mensal, os prazos de recolhimento e o volume dos recursos arrecadados.

A agenda de pagamentos está concentrada em até cinco

Linha 17-Ouro na reta final: conheça a estação Morumbi, que dará acesso aos trens da Linha 9-Esmeralda



Metrô trabalha também na implantação dos sistemas e iniciou em janeiro a instalação das catracas

iniciou em janeiro a instalação da linha de bloqueio (catracas) que será concluída até o fim do mês para o início dos testes.

“Nós já estamos na parte de conclusão de todos os sistemas da estação. O de alimentação elétrica está praticamente concluído, agora estamos focando nos sistemas auxiliares e telecom. Auxiliares são os sistemas de escada rolante, elevador, iluminação e tomada, sistemas de ‘bomba’”, informa Fernando Sapia, coordenador de Implantação de Sistemas da Linha 17-Ouro.

As atividades também são feitas nos testes dos sistemas de comunicação e sinalização, que envolvem os equipamentos internos da estação, bem como os equipamentos de via. Essas aferições também servem para preparar os trechos para receber os trens.

“Todo, a Morumbi terá 8 mil m² de área construída, distribuídos entre plataforma de embarque, mezanino e acessos, área de conexão e passarelas, com oito escadas rolantes, quatro elevadores e 10 bloquões, garantindo conforto e acessibilidade. A estação foi projetada para atender uma demanda superior a 25 mil passageiros por dia útil, contará com bicicletário para 120 vagas e conexão direta à ciclovía da Marginal Pinheiros, incentivando o uso de bicicletas.

O entorno também terá baías

para integração com linhas de ônibus, ampliando as opções de deslocamento e a estação será um elo estratégico entre a Linha 17-Ouro e a rede sobre trilhos com conexão direta à Linha 9-Esmeralda, facilitando o acesso a regiões como Pinheiros, Santo Amaro e Osasco. Essa integração também vai conectar o Aeroporto de Congonhas à malha metrorodoviária, fortalecendo a mobilidade entre as principais regiões da cidade.

Outro destaque da linha é o projeto com soluções sustentáveis, onde todas as estações contam com uma estrutura que valoriza a ventilação e ilumina-

ção natural, assim como a captação de água pluvial para irrigação e limpeza.

Com a operação prevista para março de 2026, a Linha 17-Ouro vai ligar o Aeroporto de Congonhas à rede metrorodoviária, beneficiando cerca de 100 mil passageiros por dia. Com oito estações, 6,7 km de extensão e uma frota exclusiva de trens, o novo monotrilho vai reduzir o tempo de deslocamento e ampliar a integração com outros modais, fortalecendo a mobilidade urbana na cidade. Ao todo, 8 trens já foram entregues no Pátio Águas Espraiada, na zona sul de São Paulo. (Governo de SP)

CESAR NETO



www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Histórias dos 472 anos da capital: em 1993 Gilberto Kassab (no PL) assumiu como vereador e logo mostrou quem seria na política. Foi deputado estadual, federal e prefeito (reeleito). Em 2011 refundou o PSD

PREFEITURA (São Paulo)

Histórias dos 472 anos da capital: Celso Pitta foi o 1º preto eleito prefeito [por Paulo Maluf em 1996]. Já o 1º preto da história, nomeado prefeito pelo governador Adhemar de Barros [1947 - 1948] foi Paulo Lauro

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Histórias dos 472 anos da capital: quando a sede da ALESP ainda era no Parque D. Pedro 2º, o deputado Jânio Quadros escala pra prefeiturada capital, governador do Estado, deputado federal e presidente do Brasil

GOVERNO (São Paulo)

O conselheiro Dimas Ramalho (TCE SP) segue publicando [na imprensa] artigos como “a conta impagável das bts”. Trata dos lobbies do que chama de “cassinos de bolso no Brasil”, que arrebatam com muitas famílias

CONGRESSO (Brasil)

No Senado e na Câmara Deputados(as), muitos(as) parlamentares do MDB já comemoram pela possível saída da ex-senadora e atual ministra [do Lulismo que atacava] Simone Tebet. Dizem que não terá futuro em SP

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Seja qual for o candidato [das centro-direitas] que for ao 2º turno 2026, terá um apoio importante: o governador gaúcho (ex-PSDB no PSD) Eduardo Leite pedirá votos pros(as) LGBTs e demais lettras da diversidade sexual

PARTIDOS (Brasil)

É forçar demais a barra o PT [do Lulismo] querer que Fernando Haddad dispute novamente o governo (SP) em 2026. Então prefeita paulistano, não foi reeleito em 2016 e candidato a governador (SP) não foi eleito em 2022

JUSTIÇAS (Brasil)

O caso dos crimes bilionários dos ‘sócios’ do ‘banco’ Master já extrapola as ações nas Justiças. No caso de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a pergunta da hora é “quem tem medo o Daniel Votoran entregará?”

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP)... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “Nós o amamos porque ele nos amou primeiramente” 1 João 4:19

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Matriz:

Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP

CEP: 01332-030

Filial: Curitiba/PR

Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 3258-1822

Periódicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: [contato@jornalodiasp.com.br](mailto: contato@jornalodiasp.com.br)

Site: www.jornalodiasp.com.br

Concessão da Estrada de Ferro de Campos do Jordão prevê trilha ciclovária turística

O Governo de São Paulo avança com a estruturação da concessão da Estrada de Ferro do Campos do Jordão, que prevê, entre as inovações do projeto, a implantação de um rail-trail - trilha para bicicletas integrada à faixa de domínio da ferrovia. A iniciativa busca fortalecer o turismo regional, com foco no turismo rural e de aventura, atendendo a solicitações dos municípios de Campos do Jordão e Pindamonhangaba.

O rail-trail ligará Eugênio Le-févere ao centro de Pindamonhangaba, com a manutenção de uma trilha para bicicletas ao longo do trecho da estrada de ferro. O objetivo é oferecer mais uma opção de mobilidade, mais lazer e incentivar o esporte. Estimulando o acesso direto com a natureza e a cultura local, por meio de um corredor verde seguro e acessível para atividades ao ar livre.

Para a segurança do percurso, o projeto prevê transposições de cursos d’água e de trechos

rodoviários existentes e a implantação de infraestruturas sobre os trechos atuais para garantir a con-

tinuidade da trilha. Também está prevista a instalação de guarda-corpos, assegurando proteção aos ciclistas, especialmente nos pontos de transposições.

A proposta integra o Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão e envolve a concessão da ferrovia por um prazo de 24 anos. Estão previstos investimentos estimados em R\$ 315 milhões, destinados à modernização, operação e reforma da linha férrea, incluindo trilhos, trens históricos e equipamentos. O projeto contempla

ainda a revitalização e reabertura do Parque Reino das Águas Claras, ampliando o potencial turístico da região.

Com a integração entre ferrovias históricas, equipamentos turísticos e infraestrutura ciclovária, a concessão da Estrada de Ferro Campos do Jordão pretende impulsionar o desenvolvimento regional sustentável, diversificando a oferta turística e estimular a economia local, conectando municípios e valorizando os atrativos naturais e culturais do Vale do Paraíba. (Governo de SP)

Prévia da inflação oficial de janeiro perde força e fica em 0,20%

A conta de luz mais barata foi um dos fatores que ajudaram a prévia da inflação oficial de janeiro perder força e fechar em 0,20%. Em dezembro, o índice havia ficado em 0,25%.

Com o resultado do primeiro mês de 2026, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) acumula 4,5% em 12 meses, limite máximo da meta de inflação do governo. Em dezembro, o acumulado era de 4,41%.

Os dados foram divulgados na terça-feira (23) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dois nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, dois apresentaram recuo na média de preços na passagem de dezembro para janeiro:

Habitação: -0,26%
Transportes: -0,13%
Educação: 0,05%



a cada 100 quilowatt-hora (Kwh) consumidos. Já em janeiro, a verde não tem custo adicional para os consumidores.

Avião e ônibus

No grupo transportes, a queda foi influenciada principalmente pela passagem aérea, que ficou 8,92% mais barata, em média.

Também exerceu impactos os ônibus urbanos (-2,79%). Em Belo Horizonte, por exemplo, a adição da tarifa zero aos domingos e feriados derrubou a passagem em 18,26%.

Já os combustíveis subiram 1,25% e contribuíram para a inflação, com as altas de 3,59% no etanol, 1,01% na gasolina, 0,11% no gás veicular e 0,03% no óleo diesel.

No caso da gasolina, o impacto representou 0,05 p.p., o maior de todo o IPCA-15.

dia da inflação do mês para baixo – impacto de -1,2 ponto percentual (p.p.).

A explicação está na mudança da bandeira tarifária, determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que passou de amarela para verde.

Em dezembro estava em vigor a bandeira amarela, com a cobrança adicional de R\$ 1,885

tal responsável pela tecnologia da informação da Previdência Social, cobrando explicações e providências.

A Dataprev comunicou ao INSS que fará uma manutenção que deixará os sistemas indisponíveis a partir desta terça-feira (27) até domingo, 1º de fevereiro.

De acordo com o balanço mais recente do INSS, cerca de 4,2 milhões de beneficiários já foram resarcidos, em valores que somam R\$ 2,8 bilhões, de um total de R\$ 6,2 milhões de contestações de cobranças. O governo estima, no entanto, que

ainda existam 850 mil aposentados e pensionistas aptos a solicitar a devolução.

O esquema de descontos indevidos foi revelado pela Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU), que identificou fraudes em Acordos de Cooperação Técnica (ACTS) firmados entre o INSS e entidades associativas. As investigações levaram ao afastamento de parte da cúpula do instituto em abril.

A prorrogação busca assegurar que todos os lesados pelo esquema possam recuperar os valores de forma simplificada e sem necessidade de ação judicial.

Como pedir a devolução

Os beneficiários podem abrir pedidos de resarcimento pelos canais oficiais do INSS:

Aplicativo ou site Meu INSS,

com login no Portal Gov.br;

Telefone 135, com atendimento gratuito de segunda a sábado, das 7h às 22h;

Agências dos Correios, que oferecem suporte gratuito em mais de 5 mil unidades. (Agência Brasil)

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

lecendo que a manutenção

deve ser realizada no dia 1º de fevereiro.

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o resarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato

diário com a Dataprev, estabe-

Doenças afastaram 4,1 milhões de trabalhadores de suas funções em 2025

Mais de 4,12 milhões de trabalhadores tiveram que se afastar temporariamente das suas funções, no Brasil, em 2025, por motivos de saúde. Contabilizado pelo Ministério da Previdência Social, o número de licenças laborais por incapacidade temporária é maior desde 2021, e 15% superior aos poucos mais de 3,58 milhões de casos registrados em 2024.

Pelo terceiro ano consecutivo, as dores nas costas lideraram o ranking das doenças e transtornos que exigiram o pagamento de benefícios assistenciais por incapacidade temporária no país. Só as queixas relacionadas à dorsalgia (CID M54) fizeram o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a auxiliar a 237.113 trabalhadores formais forçados a se afastar de seus empregos por mais

de 15 dias. Em 2024, a dorsalgia também ocupou o topo da lista, com 205.142 casos.

Em segundo lugar geral, no ano passado, ficaram as lesões ou desgastes dos discos intervertebrais (CID M51), como as hérnias de disco, que, em 2025, totalizaram 208.727 casos. Na sequência, aparecem as faturas da perna, incluindo de tornozelos (CID S82), que somaram 179.743 registros. Nós casos, os resultados foram piores que os registrados em 2024, quando o INSS concedeu, respectivamente, 172.452 e 147.665 benefícios.

Em 2025, a quarta e a sexta posição do ranking geral das doenças e transtornos incapacitantes foram ocupados por agravos mentais e comportamentais, como a ansiedade em suas diferentes manifestações (F41), que geraram a concessão de 166.489



benefícios, e os episódios depressivos (126.608). Também nestes casos, os afastamentos laborais vêm crescendo ano após ano: em 2024, por exemplo, eles totalizaram 141.414 e 113.604 registros, respectivamente.

Gênero

Considerando o recorte de

gênero, sempre há diferenças na ordem das doenças e transtornos que mais geraram benefícios por incapacidade temporária. Em 2025, enquanto a maioria das mulheres (121.586) teve que se afastar do serviço por dores na coluna, a maior parcela (116.235) dos homens foi impedida de trabalhar por ter fraturado os pernas e/ou o tornozelo.

No caso das mulheres, em segundo lugar, aparecem os transtornos ansiosos (118.517), seguidos pelas lesões ou desgastes dos discos intervertebrais (98.305). Já no caso dos homens, em segundo lugar, ficou a dorsalgia (115.527) e, em terceiro lugar, também as lesões ou desgastes dos discos intervertebrais (110.422), como as hérnias.

Dos 4.126.112 benefícios que o INSS concedeu em 2025, mais de 2,10 milhões foram para trabalhadoras formais seguradas e poucos mais de 2,02 milhões para homens.

Auxílio

O Auxílio por incapacidade temporária, antes conhecido como Auxílio-doença, é um benefício federal concedido ao segurado do INSS que comprove,

em perícia médica, estar incapacitado de executar seu trabalho ou atividade laboral habitual por mais de 15 dias consecutivos devido a uma doença ou acidente.

Em geral, a concessão do auxílio é precedida por uma perícia médica, que pode ser presencial ou realizada por meio da análise documental. A avaliação pericial poderá concluir tanto pela incapacidade temporária, podendo gerar o Benefício por Incapacidade Temporária (Auxílio-Doença) ou a Incapacidade Permanente podendo gerar o benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente (Aposentadoria por Invalidez).

Para solicitar o benefício, o trabalhador segurado do INSS pode acessar a plataforma meu.inss.gov.br ou ligar, gratuitamente, para 135. (Agência Brasil)

Mais uma empresa obtém liminar contra nova regra do vale-alimentação



Pela terceira vez nos últimos seis dias, uma grande empresa no setor de vale-alimentação e refeição obteve liminar contra o decreto que regulamenta o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A Justiça Federal de São Paulo concedeu na terça-feira (27) uma liminar à Pluxee que suspende qualquer fiscalização ou aplicação de punições pelo governo federal à empresa.

A companhia soma-se à Ticket e à VR, outras grandes empresas do setor, que haviam obtido liminares semelhantes. As novas regras do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foram estabelecidas por decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em novembro do ano passado.

A decisão favorável à Pluxee foi do juiz Guilherme Marckossian de Castro Nunes, da 10ª Vara Cível Federal. Segundo o magistrado, o uso de mecanismos estatais de controle de preços e a interferência direta na estrutura de custos e em contratos firmados entre empresas privadas podem violar os princípios da legalidade, a livre iniciativa, a segurança jurídica e a proteção dos contratos vigentes".

O Ministério do Trabalho e Emprego informou que ainda não foi oficialmente notificado da decisão, mas afirmou que irá recorrer assim que houver a comunicação formal.

Versão da empresa

Em nota, a Pluxee afirmou que a decisão de forma positiva, por garantir a continuidade das operações e evitar impactos imediatos no ecossistema de benefícios de alimentação e refeição. Segundo a empresa, a liminar "reafirma princípios fundamentais como a legalidade, a livre iniciativa, a segurança jurídica e a proteção dos contratos vigentes".

O Ministério do Trabalho e Emprego informou que ainda não foi oficialmente notificado da decisão, mas afirmou que irá recorrer assim que houver a comunicação formal.

Embate

As decisões judiciais vêm em meio à disputa entre o governo e as principais operadoras do setor sobre a regulamentação do PAT. A lei que embasou o decreto, aprovada pelo Congresso em 2022, tinha como objetivo ampliar a concorrência e reduzir custos no mercado de benefícios. Segundo as empresas, porém, o decreto teria extrapolado os limites legais ao impor regras não previstas no texto aprovado pelo Legislativo.

Enquanto empresas mais novas no setor, como iFood, Caju, Flash e Swile, apoiaram as mudanças, as operadoras tradicionais, que concentram cerca de 80% do mercado, posicionaram-se contra pontos centrais da norma. A discussão segue para as próximas etapas do processo judicial. (Agência Brasil)

Teto de taxas

O decreto do governo federal fixou um teto de 3,6% para as taxas cobradas pelas empresas de vale-refeição e vale-alimentação de supermercados e restaurantes, além de reduzir de 30 para 15 dias o prazo máximo para o repasse dos valores aos estabelecimentos. Até então, nem taxas nem prazos eram regulamentados no PAT.

A norma também limita a ta-

Dino dá prazo para estados e municípios explicarem emendas para Perse

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), ordenou na terça-feira (27) que estados e municípios prestem contas em até 30 dias sobre os beneficiários finais do dinheiro. Nesse contexto, desde de março do ano passado o ministro busca mais informações a respeito das emendas aplicadas no Perse, mas sempre esbarrando na falta de informações por parte dos municípios e estados.

A não apresentação de relatórios já cobrados anteriormente "compromete deveres básicos de transparência e rastreabilidade dos recursos oriundos de emendas parlamentares", escreveu o ministro.

Dino é relator de uma série de ações sobre emendas parlamentares, incluindo as chamadas emendas Pix, transferências diretas aos cofres de estados e municípios por indicação de algum parlamentar. Em 2022, o Supremo decidiu que tais emendas são inconstitucionais e impôs uma série de critérios de transparência e rastreabilidade como condição para a liberação dos recursos.

Como responsável da ação,

Dino agora supervisiona a regulamentação de emendas parlamentares que ainda não permitiam identificar os beneficiários finais do dinheiro. Nesse contexto, desde de março do ano passado o ministro busca mais informações a respeito das emendas aplicadas no Perse, mas sempre esbarrando na falta de informações por parte dos municípios e estados.

A não apresentação de relatórios já cobrados anteriormente "compromete deveres básicos de transparência e rastreabilidade dos recursos oriundos de emendas parlamentares", escreveu o ministro.

O ministro destacou ainda que, das informações já recebidas, algumas dão conta de renúncias fiscais que chegam a R\$ 34 milhões para uma única empresa. Diante disso, a omissão dos municípios e estados envolvidos em apresentar esclarecimentos é "circunstância que se revela ainda mais grave diante dos vultosos valores envolvidos a título de

Foto: Antonio Almeida/STF

renúncia fiscal, os quais impactam diretamente o equilíbrio das contas públicas e a própria capacidade de planejamento estatal".

Em março, Dino havia determinado ao Ministério do Turismo e à Advocacia-Geral da União (AGU) que colhessem todas as informações necessárias para garantir a rastreabilidade e a transparência das emendas direcionadas ao Perse. Os órgãos responderam, contudo, que não poderiam cumprir a decisão,

pois não haviam recebido os relatórios necessários dos entes subnacionais.

O Perse foi criado no contexto da pandemia da covid-19, que paralisou o setor de eventos. Por meio do programa, foram concedidas isenções fiscais para as empresas do ramo. Após o fim da emergência sanitária, entretanto, o governo precisou entrar em disputa com o Congresso para descontinuar o programa. (Agência Brasil)

Justiça de SC suspende lei que proibiu cotas raciais nas universidades

A Justiça de Santa Catarina decidiu na terça-feira (27) suspender a lei estadual que proibia a reserva de cotas raciais para ingresso de estudantes em instituições de ensino que recebem verbas públicas do estado.

A medida suspende a eficácia da Lei 19.722/2026, que foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) e sancionada pelo governador Jorginho Mello.

A magistrada entendeu que a lei deve ser suspensa porque o

Supremo Tribunal Federal (STF) já reconheceu a constitucionalidade das ações afirmativas de cotas raciais nas universidades.

"A proibição legislativa genérica e desvinculada de avaliação concreta de necessidade ou adequação revela-se, ao menos em juízo de cognição sumária, dissonante da interpretação constitucional já consolidada", disse a desembargadora.

O caso também foi parar no Supremo. Ontem, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras entidades protocolaram ações de inconstitucionalidade contra a proibição de cotas no estado.

Mais cedo, o ministro Gilmar Mendes, relator dos processos, deu prazo de 48 horas para o governo de Santa Catarina se manifestar sobre a validade da lei. (Agência Brasil)

Ação civil pública acusa XP, BTG e Nubank de omitir riscos em CDBs do Banco Master

O Instituto Abradecont (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor e do Trabalhador) move uma ação civil pública contra a XP Investimentos, o BTG Pactual e a Nubank pela comercialização de CDBs (Certificados de Depósito Bancário) do Banco Master com suposta insuficiência de informações sobre os riscos, antes da liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central (BC), em novembro de 2025.

De acordo com o processo, encaminhado na última quinta-feira (23) à 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para apreciação do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), as plataformas teriam utilizado o proteção do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) para induzir investidores a acreditar que o risco dos ativos era inexistente.

"As réis, atuando como grandes plataformas de distribuição de produtos financeiros, utilizaram publicidade enganosa, omission deliberada de informações essenciais e manipulação do 'design de decisão' para induzir muitos deles de perfil conservador e hiperpervulneráveis, a investir em um produto com risco considerável",

afirma o documento.

Procurado, o Nubank informou que a oferta de novos CDBs do Banco Master foi encerrada em 2024 e que todas as suas atividades observam rigorosamente as normas regulatórias vigentes. BTG Pactual e XP disseram que não irão comentar o tema.

Embora os CDBs fossem emitidos pelo próprio Banco Master, a distribuição aos investidores ocorreu majoritariamente por meio de corretoras e plataformas de investimento. Sem uma rede relevante de atendimento, o banco dependia desses intermediários para captar recursos, o que reforça o papel dessas instituições na comercialização dos ativos.

Segundo a ação, os CDBs continuaram a ser promovidos apesar de "sinais evidentes de deterioração financeira e irregularidades graves que culminaram na intervenção do Banco Central". O texto também afirma que não foram esclarecidas as limitações do FGC, que garante o resarcimento de até R\$ 250 mil por conglomerado financeiro, e não por instituição individual.

Com o Will Bank foi incorporado ao grupo Master em 2024, investidores com aplicações em mais de 1 milhão de credores, as instituições descrevendo

ram, após a liquidação, que parte do capital não estava protegida, alega o documento.

O pedido é de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100 milhões. Segundo o processo, a ação tem caráter pedagógico e leva em conta o porte das plataformas, o número de investidores afetados e o dano sistêmico. A ação sugere a divisão proporcional do valor, com 65% a serem pagos pela XP, 25% pelo BTG e 10% pelo Nubank.

Também é solicitada a interrupção imediata de campanhas que utilizem a proteção do FGC como argumento comercial e de publicidade que classifique CDBs como "de baixíssimo risco", com a exigência de explicitação clara dos riscos envolvidos.

O Banco Master foi liquidado em novembro de 2025, após o controlador Daniel Vorcárro ser preso pela Polícia Federal. Na semana passada, o Will Bank, banco digital do grupo, passou pelo mesmo processo depois de permanecer desde novembro sob regime de administração especial temporária.

A liquidação do Banco Master teve como objetivo reembolsar R\$ 41 bilhões a cerca de 1,6 milhão de credores, na maior operação de resga-

te da história do FGC. A estimativa é de que o fundo pague R\$ 6,3 bilhões a clientes do Will Bank.

"A ação demonstra que as corretoras utilizaram o Fundo Garantidor como uma estratégia de marketing para vender uma percepção de 'risco zero'", afirma Sérgio Antunes, advogado que representa o Abradecont.

Segundo ele, a iniciativa busca pôr fim a práticas abusivas que tornaram o mercado inseguro para o investidor pessoa física. "Esperamos que a Justiça estabeleça um novo padrão de conduta, obrigando as instituições a expor o risco real, sem o 'escudo' de marketing de fundos garantidores", diz.

Para Daniel Vilas Boas, sócio do VLF Advogados, o processo tem caráter indenizatório. "O objetivo é compensar esses consumidores e obrigar as instituições a prestar garantias para efetuar o pagamento", afirma.

Ele avalia que uma decisão favorável ao Abradecont pode ter impacto amplo sobre o setor financeiro. "Impõe responsabilidade quando não há informação adequada ou quando o consumidor é induzido a adquirir um produto que não oferece a segurança esperada". (Folhapress)